GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS PÓS ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

JANNYFFER SANTOS DE MARIA[1]

CAMILA PEREZ DA SILVA[2]

AFILIAÇÃO

[1] Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – Centro de Humanas, Sociais e Letras – Rua: Godofredo Viana, 1300 - Centro, Imperatriz - MA, 65900-000.

[2] Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – Centro de Humanas, Sociais e Letras – Rua: Godofredo Viana, 1300 - Centro, Imperatriz - MA, 65900-000.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender as principais dificuldades apontadas pelos gestores escolares atuantes nas escolas municipais de Imperatriz/MA no que se refere à adequação didática e sociocultural relacionada ao acolhimento, à efetivação da aprendizagem, o esclarecimento das principais dificuldades expostas com o retorno presencial e ao Projeto de Lei 3520/2021, que instituiu o *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação*, após o retorno presencial das aulas, suspensas em função da pandemia do COVID-19. Como metodologia, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico relacionado à temática, juntamente à coleta de algumas informações vindas da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz/MA, a fim de compor o embasamento teórico da pesquisa. Uma vez terminada a primeira parte, foi realizada, então, uma coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores das escolas municipais indicadas pela SEMED, a fim de mapear quais os principais desafios foram apresentados devido a este contexto pós pandêmico. Os resultados, por sua vez, revelaram que a mediação pedagógica foi significativamente alterada após o retorno das aulas presenciais e que as ações de acolhimento que as escolas têm desenvolvido visam, fundamentalmente, a recuperação da aprendizagem e a minimização das perdas socioculturais sofridas por professores e estudantes em função da pandemia do COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia COVID-19; Ensino Remoto Emergencial; Retorno presencial.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a pandemia decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2) inseriu-se no cotidiano da população exigindo diferentes adaptações em vários aspectos. Dentre os

âmbitos que passaram por essa ação, a educação foi intensamente afetada, em especial, à necessidade de ambientação dos novos métodos de ensino utilizados em decorrência das consequências da COVID-19. Em vista desse acontecimento pandêmico, investigações acerca do assunto tornaram-se necessárias entre os pesquisadores. Isto posto, juntamente às medidas de segurança estabelecidas pelo governo, a solução proposta para as escolas foi o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Com esse novo cenário apresentado pela pandemia, o impacto mencionado no âmbito educacional se mostrou a partir da utilização desse novo modelo de ensino, o ERE. Como foi abordado no projeto desenvolvido anteriormente, no ciclo PIBIC/2022, onde evidenciou que os principais impactos estão relacionados às alterações substanciais na relação-pedagógica; aos problemas de inclusão digital, especialmente dos estudantes residentes na zona rural; e à falta de formação continuada dos docentes, que prejudicou todo trabalho pedagógico de reestruturação didática, ocasionando sérias consequências, em especial, em relação à falta de motivação e o apreço pelo conhecimento por parte dos estudantes.

De acordo com dados da Agência Senado (2022), recolhidos a partir de depoimentos sobre o retorno presencial nas cinco capitais com maior população de cada região do Brasil (Brasília, Curitiba, Manaus, Salvador e São Paulo), “os impactos da pandemia no ambiente doméstico, na escola e nas relações sociais, além das barreiras ao processo de aprendizagem são alguns dos pontos que mostram o quão difícil foi esse período, com real e significativo retrocesso no ensino”. Trazendo, assim, dificuldades como problemas de motivação e concentração e ainda novos impasses no que se refere à socialização e compreensão do senso de coletividade.

Todo esse contexto serviu como forte motivação para uma ação governamental, em âmbito federal, o projeto de lei 3520/2021 que institui o *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação*, o qual prioriza ações de busca ativa de estudantes que não retornaram às escolas após o retorno das aulas presenciais; aplicação de avaliações diagnósticas; e ações públicas com o objetivo de recuperar e/ou minimizar as perdas decorrentes do período pandêmico.

Mediante tais considerações, questiona-se: quais estratégias têm sido desenvolvidas pelas instituições de ensino para aproximar os estudantes dos conteúdos, minimizando as desigualdades potencializadas pela pandemia do COVID-19? Como tem sido a mediação

pedagógica após o retorno das aulas presenciais? Quais ações as escolas têm desenvolvido para recuperar as perdas de aprendizagem decorrentes deste processo?

Ao buscar responder a estas questões, a presente pesquisa procurou compreender, quais as principais dificuldades apontadas pelos gestores escolares do município de Imperatriz, no estado do Maranhão, a fim de verificar quais adequações didática e sociocultural relacionada ao acolhimento e à efetivação da aprendizagem foram necessárias.

METODOLOGIA

Como procedimento metodológico, a pesquisa foi dividida em três etapas. O seu início foi marcado por levantamentos bibliográficos, evidenciando informações compartilhadas pela própria secretaria da educação (SEMED), e relatos pessoais dos gestores municipais principalmente, com o objetivo de embasar a pesquisa realizada.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os gestores da rede pública de ensino do município de Imperatriz/MA, levando à terceira e última etapa da pesquisa, onde os dados coletados em forma de discurso foram decompostos e reconstruídos baseados em uma ideia central, relacionados à 4 seções principais, formando as suas respectivas categorias, proporcionando um melhor entendimento bem como a organização da coleta de dados dentro da pesquisa:

1. Acolhimento dos estudantes no retorno presencial após o Ensino Remoto Emergencial;

2. Dificuldades de ensino e aprendizagem;

3. Estratégias didático-metodológicas desenvolvidas especificamente para este contexto;

4. Ações relacionadas ao *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação*

A parte empírica da pesquisa deu-se através da aplicação de um questionário semiestruturado aplicado via *Google Forms*, a fim de proporcionar um compartilhamento mais rápido e eficaz com os gestores escolares. A divulgação da pesquisa, junto ao questionário, feita

com a ajuda da secretaria de educação municipal para todos esses gestores, infelizmente, não foi o suficiente para se obter um número de respostas razoáveis.

Com um total de 3 tentativas de abordagem da bolsista para com os gestores e as dificuldades permanecentes nos 3 formatos, deixamos aqui registrada a dificuldade de coleta de dados com os educadores atuantes do município. Desta forma, optamos por utilizar as respostas apenas das 3 gestoras que se dispuseram a participar desta investigação.

Para a apresentação das respostas, as gestoras foram identificadas apenas por números (de 1 a 3), tendo em vista o cumprimento das orientações decorrentes do Comitê de Ética em Pesquisa, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do acolhimento às dificuldades apresentadas após o retorno presencial

Durante a pandemia, devido aos regulamentos de prevenção de contágio, muitas medidas protetivas foram seguidas com a finalidade de cessar a proliferação do novo coronavírus, causando certos efeitos nos modos de autocuidado e socialização, principalmente.

Com o retorno presencial, pensando naquele estudante, que por necessidade precisou se afastar da escola, de seus amigos e se manter em isolamento junto com sua família a fim de priorizar a saúde, o Projeto de Lei nº 3520/2021, que institui o *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação,* estabeleceu como função do munícipio "o acolhimento socioemocional dos estudantes e profissionais da educação;" (Art. 6º, inciso I, alínea b.).

Segundo Damasceno (2020), acolher significa apoiar, amparar. Além de aproximar as pessoas, possibilita o estabelecimento de conexões e vínculos baseados na confiança.

Depois do acolhimento, um outro desafio a se enfrentar foram as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos estudantes após o ensino remoto. Muitas dessas dificuldades, como o acompanhamento dos conteúdos e atividades trabalhados em sala de aula, déficit de atenção, assimilação dos conteúdos e o apego a tecnologia, apontados pelas gestoras durante as entrevistas, terminaram por permanecer em muitos estudantes, mesmo após o retorno presencial, tornando-se grandes desafios os quais a secretaria junto às escolas precisou idealizar e desenvolver estratégias a respeito para melhorar o ensino e recuperar a aprendizagem.

Plano Nacional de Enfretamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 na Educação e suas estratégias

A fim de amenizar as diferentes adversidades ressaltadas na educação pela pandemia da Covid-19, medidas foram pensadas e estratégias elaboradas para alcançar a recuperação dessas dificuldades. Assim, no ano de 2021, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) elaborou o projeto de lei nº 3520/2021 que institui o *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação* o qual decreta atribuições, desde a União ao Município, priorizando a diminuição dos "efeitos negativos da pandemia do novo coronavírus no campo educacional" (PL 3520/2021, Art. 1º).

Mediante tais considerações, quando perguntado sobre o conhecimento acerca desse projeto de lei para a educação, o qual foi uma pauta importante nas entrevistas feitas com as gestoras, elas responderam positivamente para tal questão, destacando ainda quais medidas previstas no Plano Nacional suas escolas adotaram após o ensino remoto emergencial.

No tópico anterior foi falado da importância do acolhimento dos estudantes com o retorno às aulas presenciais. É válido ressaltar, então, sobre a igual importância do acolhimento para com os profissionais da educação, afinal de contas, a suspensão das atividades acadêmicas não eram esperadas por ninguém, em especial por estes que se viram de frente ao desafio de alterar toda a sua metodologia de forma a introduzir no novo modelo de ensino instituído e engajar novamente os seus alunos.

Ou seja, além das estratégias voltadas aos desafios evidenciados pelas crianças durante o retorno presencial, os profissionais da educação precisaram enfrentar ainda os seus próprios desafios como as alterações metodológicas incorporadas ao trabalho pedagógico demonstrando o acompanhamento das mudanças advindas do ERE.

No intuito de reduzir as perdas decorrentes do período pandêmico, por sua vez, estratégias foram elaboradas com a finalidade de saná-las e recuperá-las. Uma delas, prevista no Plano Nacional, Art. 6º, inciso I, alínea d., ao município, juntamente às suas escolas, foi "o mapeamento dos objetivos de aprendizagem não trabalhados adequadamente no período de pandemia de Covid-19, com prioridade para os essenciais".

Uma vez descoberta as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes, as equipes escolares precisaram se adaptar e reordenar o *modus operandi* pedagógico na tentativa de reduzi-las. Partindo dessa atribuição, as escolas compartilharam da mesma ação de elaborar estratégias que atingissem esses objetivos de recuperação, no entanto, respeitando a realidade

de cada campo educacional bem como dos estudantes inerentes a eles. Evidenciando o empenho das escolas participantes no cumprimento do *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da pandemia de Covid-19 na Educação* em assegurar "o monitoramento de frequência dos estudantes e a busca ativa de estudantes faltosos" (Art. 6º, inciso I, alínea a.)

Para tanto, a visibilidade da necessidade de formações para estes profissionais, especialmente após o ensino remoto emergencial, mostrou-se um fator de grande importância para o desenvolvimento das suas carreiras, o crescimento da escola e a recuperação dos estudantes nesse contexto pós-pandêmico.

No *Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação* (Art. 6º, inciso II), cabe ao município "oferecer aos profissionais de educação de seu sistema de ensino benefícios adicionais na carreira, condicionados à melhoria dos indicadores de aprendizagem no contexto da pandemia de Covid-19".

Com o retorno presencial, e as problemáticas decorrentes do Ensino Remoto Emergencial, as escolas participantes evidenciaram também, durante as entrevistas, a ação de reinventar o trabalho pedagógico, e de realizar acolhidas diárias, com vistas ao reforço na aprendizagem e a busca ativa constante dos estudantes faltosos.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz, afirmou ter oferecido uma sequência de formações que puderam ajudar os profissionais durante este processo. As temáticas abordadas foram:

- ✓ Comunicação Não-Violenta nos espaços escolares;
- ✓ Ensino híbrido no contexto da pandemia;
- ✓ Contexto da pandemia, com foco nos desafios da gestão do ensino e da aprendizagem;
- ✓ Relação dos professores com as Tecnologias da Informação e Comunicação;
- ✓ As relações interpessoais e a gestão de conflitos;
- ✓ Educação integral dos(as) estudantes no contexto da pandemia;
- ✓ Sistema on-line: gestão de aulas não presenciais;
- ✓ Fundamentação teórica e legal sobre a concepção de aulas não presenciais e elaboração do projeto de aprendizagem;
- ✓ Alfabetização e Letramento na Modalidade Remota: Possibilidades e Desafios;
- ✓ Dificuldade e transtorno de aprendizagem: o protagonismo do professor no processo de inclusão.

Para além destas formações, a secretaria municipal de educação informou estar desenvolvendo outras ações, visando o apoio secretaria-escola, salientando a importância de preparar os profissionais da educação para situações inesperadas, tanto no presente quanto no futuro.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa, por fim, buscou mostrar que, apesar da inserção de um novo modelo de ensino a caráter emergencial, a temática sobre os desafios da gestão escolar pós ensino remoto emergencial tornou-se relevante para descobrir e compreender esses desafios que permaneceram e/ou que foram desencadeados pela adesão do ERE e como este influenciou na qualidade da educação durante o processo de retorno presencial nas escolas municipais da cidade de Imperatriz/MA.

Baseado nas respostas do questionário, os desafios evidenciados pelas gestoras já existentes mesmo antes do evento pandêmico, tornaram-se ainda mais visíveis após o retorno presencial das aulas.

As dificuldades que emanaram durante o ERE, relacionada ao manuseio de aparelhos eletrônicos e/ou plataformas específicas da educação, à recuperação da aprendizagem, e a carência de apoio por parte dos familiares, acabaram potencializando a evasão e o abandono, assim como o aumento da violência, conforme pudemos observar a partir dos diversos ataques às escolas no retorno presencial das aulas.

Todavia, esta não foi uma questão abordada nem pela Secretaria, nem pelas gestoras, o que indica a necessidade de trabalhos futuros para compreender este fenômeno, suas causas e consequências.

Por fim, é necessário notabilizar que o reconhecimento da importância e relevância da presente pesquisa foi corroborado através da participação no IV Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (IV COBICET – 2023) por estar entre os 10 melhores trabalhos aprovados da área temática, em meio a avaliação de 192 trabalhos incluídos nesta área de Ciências Humanas, e 2465 trabalhos aprovados no total para o evento, ressaltando a visibilidade e preocupação acerca da temática trabalhada aqui.

APOIO FINANCEIRO

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO, 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/educacao-busca-superar-estragos-da-pandemia/#link27 . Acesso em: jul. de 2022.

DAMASCENO, M. Mapa da empatia na escola. Disponível em: https://blog.kuau.com.br/competencias-socioemocionais/mapa-empatia-escola/ . Acesso em: ago. de 2020.

SOUTO, L. R. F.; TRAVASSOS, C. **Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19:** construindo uma autoridade sanitária democrática. Saúde em Debate [online]. 2020, v. 44, n. 126, pp. 587-589. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202012600 . Acesso em: ago. de 2022.